

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E
EM DIREITO APLICADO
EDITAL N° 03/2023

ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA CONVALIDAÇÃO DOS CRÉDITOS CURSADOS NOS MÓDULOS CONTEÚDOS JURÍDICOS E PRÁTICAS JURÍDICAS DO CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A MAGISTRATURA, DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ESMESC, PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO PÚBLICO E EM DIREITO APLICADO, AMBOS OFERTADOS PELA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

O Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Público e em Direito Aplicado, ambos vinculados à Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, respeitando o que versa o Convênio firmado entre a FURB, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina - ESMESC e a Associação dos Magistrados Catarinenses – AMC, torna público os procedimentos aos alunos das Unidades da ESMESC nas cidades de Florianópolis e Joinville para solicitar convalidação dos créditos cursados nos Módulos Conteúdos Jurídicos e Práticas Jurídicas do curso de Preparação para a Magistratura para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito Público (Módulo Conteúdos Jurídicos) e Direito Aplicado (Módulo Práticas Jurídicas):

1 Dos cursos

1.1 Especialização em Direito Público:

1.1.1 O curso de Especialização em Direito Público da FURB possui disciplinas equivalentes às cursadas no Módulo de Conteúdos Jurídicos do Curso de Preparação para a Magistratura num total de 375 horas (sendo 360h relativas à disciplinas obrigatórias e 15h referentes à

disciplina optativa de metodologia da pesquisa), conforme prevê o Projeto Pedagógico da ESMESC, possibilitando, portanto, a convalidação das disciplinas. A matriz curricular do curso, ementas e respectivas cargas-horárias se encontram no anexo II deste Edital.

1.1.2 A convalidação destas disciplinas é permitida apenas aos alunos que tenham ingressado e concluído o respectivo curso nos anos de 2019 (dois mil e dezenove), 2020 (dois mil e vinte), 2021 (dois mil e vinte e um), 2022 (dois mil e vinte dois) e 2023 (dois mil e vinte e três) e é exclusivo aos alunos das Unidades da ESMESC de Florianópolis e Joinville.

1.2 Especialização em Direito Aplicado:

1.2.1 O curso de Especialização em Direito Aplicado da FURB possui disciplinas equivalentes às cursadas no Módulo de Práticas Jurídicas do Curso de Preparação para a Magistratura num total de 375 horas (sendo 360h relativas à disciplinas obrigatórias e 15h referentes à disciplina optativa de metodologia da pesquisa), conforme prevê o Projeto Político – Pedagógico da ESMESC, possibilitando, portanto, a convalidação das disciplinas. A matriz curricular do curso, ementas e respectivas cargas-horárias se encontram no anexo III deste Edital.

1.2.2 A convalidação destas disciplinas é permitida apenas aos alunos que tenham ingressado no respectivo curso nos anos de 2019 (dois mil e dezenove), 2020 (dois mil e vinte), 2021 (dois mil e vinte e um), 2022 (dois mil e vinte dois) e 2023 (dois mil e vinte e três) e é exclusivo aos alunos da Unidade da ESMESC de Florianópolis.

2 Da inscrição

2.1 Para formalizar sua inscrição no respectivo curso o aluno deve preencher o formulário de inscrição (Anexo I) disponível neste edital ou através do link <https://www.furb.br/web/1313/institucional/editais/ccj/esmesc/86> com todas as informações solicitadas e encaminhar juntamente com a documentação relacionada no item 3, em um arquivo no formato PDF, para o endereço e-mail esmesc@furb.br.

2.2 No formulário de inscrição o aluno fará a sua opção entre as Especializações em Direito Público ou Direito Aplicado.

2.3 No encaminhamento da documentação, para o e-mail esmesc@furb.br, deverá ser **especificado no campo ASSUNTO** as seguintes informações: convalidação, nome do estudante, opção de curso de especialização e sua respectiva Extensão (Florianópolis ou Joinville) conforme o exemplo a seguir: **CONVALIDAÇÃO_NOME_DIR_PUB_FPLS**.

2.4 O processo de inscrição dar-se-á por meio exclusivamente eletrônico, com o preenchimento da Ficha de Inscrição e envio dos documentos solicitados, todos, na forma digital.

3 Da forma ingresso

Para formalizar a inscrição na presente convalidação o aluno deverá enviar todos os documentos abaixo listados em arquivos em formato PDF para o e-mail esmesc@furb.br:

3.1 Certificado da graduação, frente e verso;

3.2 Histórico escolar da graduação, frente e verso;

3.3 Certificado de conclusão do Curso de Conteúdos Jurídicos ou Práticas Jurídicas da ESMESC, frente e verso;

3.4 Cédula de identidade, carteira profissional ou carteira nacional de habilitação, frente e verso;

3.5 CPF (dispensável caso o número conste de outro documento apresentado);

Importante: o envio da documentação é responsabilidade do aluno(a) e caso falte algum documento ele poderá ser encaminhado posteriormente até a data prevista no item 6 deste edital para entrega do trabalho (monografia ou artigo). Decorrido o prazo, o aluno deverá realizar nova inscrição.

4 Dos valores para validação e das matrículas

4.1 O pagamento relativo à taxa de convalidação das disciplinas será de:

4.1.1 Para a pós-graduação em Direito Público (Módulo Conteúdos Jurídicos - Florianópolis) – R\$ 903,50 (novecentos e três reais e cinquenta centavos);

4.1.2 Para a pós-graduação em Direito Público (Módulo Conteúdos Jurídicos - Joinville) – R\$ 1.096,30 (mil e noventa e seis reais);

4.1.3 Para a Pós em Direito Aplicado (Módulo Práticas Jurídicas) – R\$ 903,50 (novecentos e três reais e cinquenta centavos).

4.2 Os pagamentos serão feitos em parcela única para a ESMESC, por meio de boleto bancário que será gerado na área do aluno no Portal da ESMESC.

4.2.1 Caso não consiga gerar o boleto é de inteira responsabilidade do aluno entrar em contato com a ESMESC e solicitar a emissão do documento.

4.3 A matrícula apenas será formalizada após:

4.3.1 O envio do formulário (disponível neste edital e no link <https://www.furb.br/web/1313/institucional/editais/ccj/esmesc/86>) referido no item 2.1 e o envio de todos os documentos relacionados no item 3.

4.3.2 O pagamento tempestivo da taxa de convalidação.

4.4 A publicação de edital de homologação pela coordenação do curso da FURB atestando que o aluno atende aos requisitos para se matricular no respectivo curso de pós-graduação conforme prazo constante do item 6.

5 Do Trabalho Final

5.1 Nos termos do disposto neste edital e na legislação pertinente, os estudantes regularmente matriculados nos cursos de pós-graduação, previstos neste instrumento, para efetivar a conclusão do curso, deverão apresentar um trabalho de conclusão.

5.2 O aluno escolherá qual modalidade de trabalho final pretende desenvolver: artigo científico ou monografia.

5.3 O aluno deverá escolher um tema pertinente à área jurídica para desenvolver o seu trabalho.

5.4 O trabalho final é feito sob a supervisão de um **Professor graduado em Direito e que possua no mínimo o título de mestre na área da Ciências Jurídicas ou Ciências Sociais Aplicadas**, cuja **documentação (comprobatória de titulação de mestre ou doutor, CPF, RG e formulário de registro de professor orientador - Anexo V)** deverá ser remetida para a FURB quando da entrega do Trabalho de Conclusão conforme tabela constante do item 6.

5.4.1 Os títulos de orientadores obtidos em Instituições de Ensino Estrangeira deverão ter sido validados por IES brasileira para que o docente possa atuar como orientador do trabalho de conclusão do aluno.

5.4.2 O trabalho final a ser desenvolvido e entregue nos termos dos itens 5.3 e 5.4 deve seguir as normas ABNT para elaboração de trabalhos científicos, contendo 50 páginas no mínimo (em caso de monografia) ou 10 páginas no mínimo (em caso de artigo) excluídos os elementos pré e pós-textuais.

5.5 A FURB, ESMESC ou AMC não mediarão a escolha do orientador do acadêmico, nem efetuarão o pagamento da atividade de orientação. Esta relação será acordada diretamente entre o aluno e seu orientador, sendo possibilitado ao estudante escolher o orientador que melhor lhe convier.

5.6 Ao fazer a entrega do seu trabalho final o estudante deverá anexar Ficha de Avaliação termo de aprovação que consta no Anexo IV deste Edital devidamente preenchido e assinado.

5.7 A entrega do trabalho final é feita da seguinte forma: Remessa de toda a documentação (Trabalho final, certificado da maior titulação do Professor Orientador e Ficha de Avaliação) para o endereço eletrônico esmesc@furb.br.

6 Dos prazos

Os prazos para consecução de todas as atividades previstas neste edital estão expressos abaixo:

Evento	Data
Publicação do edital para ingresso nas pós-graduações	20/11/2023
Período para inscrição nos cursos de pós-graduação	20/11/2023 a 15/12/2023
Prazo final de remessa de documentos dos alunos à FURB	15/12/2023
Prazo de análise dos pedidos pela FURB	16/12/2023
Divulgação do resultado dos pedidos de validação na página da FURB	17/12/2023
Limite para pagamento da taxa de convalidação das disciplinas	10/01/2024
Limite para entrega do trabalho (artigo científico / monografia): Curso de Pós-Graduação em Direito Público e Curso de Pós-Graduação em Direito Aplicado	31/07/2024
Limite final para entrega do certificado de conclusão do curso de Conteúdos Jurídicos ou Curso de Práticas Jurídicas da ESMESC	31/07/2024

7 Da certificação

7.1 Após cumpridos todos os requisitos, o aluno fará jus ao respectivo título de especialista para o qual se matriculou e solicitou convalidação dos créditos.

7.2 A emissão do certificado fica a cargo da Divisão de Pós-Graduação da FURB e da Extensão FURB da ESMESC.

7.3 No histórico constará a relação de disciplinas e professores que atuam no respectivo curso de Pós-Graduação da FURB do qual o estudante solicitou a convalidação.

7.4 O prazo estimado para emissão dos certificados é de 120 dias contados a partir da data final de entrega dos trabalhos.

7.4.1 Este prazo poderá sofrer alteração em razão da demanda para emissão de outros certificados junto à FURB.

7.5 Não serão emitidos certificados antes da data final da entrega do trabalho de conclusão, ou seja, o dia 31 de julho de 2024.

7.6 Conforme procedimento institucional, o acadêmico deverá efetuar a retirada de seu certificado junto ao setor de registro de diplomas da Universidade, localizado na Praça de

Atendimento ao Estudante, no campus I da Universidade – Rua Antônio da Veiga, 140 – Bloco A Bairro Victor Konder, Blumenau – SC.

8 Das disposições gerais e transitórias

8.1 Considerando que a reprovação em alguma das disciplinas ofertadas implica em novo pagamento para cursá-la, da mesma forma a reprovação no Trabalho Final ou a falta de entrega no prazo estabelecido neste Edital inviabiliza a conclusão e convalidação do curso.

8.3 A não conclusão do curso não permite o aproveitamento do pagamento efetuado para fins de matrícula em outras turmas ou cursos ofertados pela FURB.

8.4 Os alunos que solicitarem a convalidação dos estudos e que tenham concluído o respectivo curso preparatório em matrizes curriculares antigas, deverão cursar as disciplinas integrantes da matriz curricular vigente (conforme anexos II e III) para fins de adequação curricular, sendo que deverão arcar com as despesas para tal, uma vez que essas disciplinas não estão inseridas na taxa de convalidação estipuladas no item 4 deste Edital;

8.5 A existência de quaisquer débitos junto a FURB ou com a ESMESC não permite a realização da inscrição ou matrícula no curso;

8.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelos setores competentes da FURB respeitando os seus regulamentos internos, em especial Resolução CEPE/FURB nº 84/2019, que estabelecem normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da FURB, em nível de especialização.

8.7 O presente Edital se aplica apenas aos alunos das turmas da ESMESC sediadas em Florianópolis e em Joinville, ficando vedada sua aplicação a qualquer outra extensão que a ESMESC mantiver com outras instituições.

Blumenau (SC), 20 de novembro de 2023.



Professor Feliciano Alcides Dias, Dr.

Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Direito Público e em Direito Aplicado
Universidade Regional de Blumenau

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME	
SEXO	
DATA NASCIMENTO	
FONE RESIDENCIAL	
FONE CELULAR	
ESTADO CIVIL	
Nº RG	
CPF	
ENDEREÇO	
CIDADE/UF	
CEP	
PROFISSÃO	
FONE PROFISSIONAL	

CURSO ESCOLHIDO

- () Direito Público (Conteúdos Jurídicos) - Florianópolis
() Direito Público (Conteúdos Jurídicos) - Joinville
() Direito Aplicado (Práticas Jurídicas) – Florianópolis

Declaro estar ciente dos dispositivos do Edital 03/2023.

Local e data

Assinatura

ANEXO II - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO

Disciplina: Direito Civil	Carga horária: 60h
Ementa: Teoria, Sujeitos e Crítica da Parte Geral (15h) - Lei de Introdução às normas civis brasileiras: aspectos destacados. Contextualização do Direito Civil na contemporaneidade. Início e Fim da Personalidade da Pessoa Natural e da Pessoa Jurídica. Domicílio. Bens. Teoria do Fato Jurídico. Invalidez do Negócio Jurídico. Prescrição e Decadência. Teoria Geral das Obrigações (15h) - Teoria geral das Obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Responsabilidade civil. Atos ilícitos. Abuso de Direito. Teoria Geral dos Contratos: princípios, formação e revisão contratual. Extinção do contrato. Locação. Titularidades: Propriedade, Posse e Patrimônio (15h) - Do Direito das Coisas. Da Posse. Da Propriedade. Do Direito Real sobre coisas alheias. Família e Sucessões (15h) - Casamento e União Estável: aspectos destacados. Casamento nulo, anulável e inexistente. Regime de Bens. Filiação e sua contextualização atual. Guarda compartilhada. Alimentos: aspectos destacados. Reflexões em torno das disposições gerais do Direito Sucessório. Da sucessão legítima e a concorrência do cônjuge. A sucessão do companheiro.	

Disciplina: Direito Constitucional	Carga horária: 45h
Ementa: Constituição: conceito; objeto; classificações estrutura Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. - Poder constituinte. - Controle de constitucionalidade. Sistemas. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Efeitos da decisão no controle abstrato. A fiscalização abstrata no plano estadual. A Fiscalização incidental. Controle de constitucionalidade das leis municipais. A ação direta de inconstitucionalidade no âmbito estadual e o problema da norma repetida. - Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Dos direitos e deveres individuais e coletivos. Tratados e convenções sobre direitos humanos. Direitos sociais. Direitos políticos. Partidos políticos. Direitos de nacionalidade. Mandado de segurança, individual e coletivo. Mandado de Injunção. Habeas corpus. Habeas data. Ação popular. - O Estado Federal: Organização do Estado Brasileiro: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios. Organização político administrativa. Repartição de competências. - Intervenção nos Estados e nos Municípios. Organização dos Poderes na Constituição Federal. Poder Executivo. Competências, estrutura e responsabilidade. Poder Legislativo. Imunidade parlamentar. Processo legislativo. Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Competência. Funções essenciais à Justiça. Do Ministério Público. Da Advocacia Pública. Da Advocacia e da Defensoria Pública. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Tribunal de Contas do Estado. - Ordem econômica e financeira. Princípios gerais da atividade econômica. - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Da educação, da cultura e do desporto. Da ciência e tecnologia. Da comunicação social. Dos índios. A Constituição Estadual: a estrutura da Constituição do Estado de Santa Catarina.	

Disciplina: Direito Processual Civil	Carga horária: 75h
Ementa: Processo e Tutelas (30h): Jurisdição, processo e ação; normas fundamentais do processo civil; limites da jurisdição nacional; cooperação internacional; competência; conflito de competência; das partes e dos procuradores; litisconsórcio; intervenção de terceiros; juiz e órgãos auxiliares da justiça; Ministério Público, advocacia e defensoria públicas; forma dos atos processuais; tempo dos atos processuais; nulidades dos atos processuais; tutelas provisórias; formação, suspensão e extinção do processo; processo e procedimento; procedimento comum; fase postulatória; audiência de conciliação e mediação; saneamento; julgamento conforme o estado do processo; teoria geral da prova cível; provas em espécie; audiência de instrução e julgamento; sentença; coisa julgada. Procedimentos Especiais (15h): Procedimentos Especiais de Jurisdição. Contenciosa. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Procedimentos Especiais previstos em Legislação Extravagante. Processo Coletivo. Precedente Judicial. Sentença e Recursos em Espécie (15h): Pronunciamentos Judiciais. Meios de Impugnação. Recursos no Código de Processual. Precedentes Judiciais. Execuções (15h): teoria geral das execuções; princípios que regem as execuções; competência para executar; títulos executivos; responsabilidade patrimonial do executado; penhora e impenhorabilidade; cautelares nas execuções; cumprimento de sentença; cumprimento definitivo e provisório da sentença; execução de títulos extrajudiciais; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública; execução fiscal; nulidades das execuções; penhora, avaliação e depósito; expropriação de bens; impugnação ao cumprimento da sentença; embargos à execução; exceção de pré-executividade; expropriação de bens; suspensão e extinção das execuções.	

Disciplina: Direito Empresarial	Carga horária: 30h
<p>Ementa: DO DIREITO DE EMPRESA. Origem do Direito Comercial (Empresarial). Teoria dos atos de comércio (sistema francês). Teoria da Empresa (sistema italiano). Fontes do Direito Comercial. DO DIREITO DE EMPRESA. – EMPRESA, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI. Conceito de Empresa. Distinção entre empresa e sociedade. Empresário Individual. Responsabilidade do empresário individual. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI (Lei n. 12.441/2011). Requisitos de constituição da EIRELI. Nome empresarial. Administração. Responsabilidade. Capacidade para o exercício da empresa. Registro Público do Empresário. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL. Noções gerais sobre estabelecimento. Elementos do estabelecimento empresarial – bens corpóreos e incorpóreos. Agentes auxiliares do empresário. Escrituração. DA SOCIEDADE. Formação histórica. Constituição da sociedade. Cláusulas essenciais do contrato social. Registro da sociedade. Personificação e seus efeitos. Desconsideração da personalidade jurídica. Legislação pertinente. DA SOCIEDADE LIMITADA - Lei n. 10.406/2002. Noções e previsão legal. Nome social. – firma ou denominação. Responsabilidade dos sócios. Dever de integralização do capital social – sócio remisso. Responsabilidade Patrimonial. Capital Social. Deliberações. Cessão de quotas. Administração a sociedade. Conselho Fiscal. Direito de retirada e direito de preferência. Exclusão de sócio remisso. Resolução da sociedade em relação a sócios. DAS SOCIEDADES POR AÇÕES - Lei n. 6.404/76. Sociedades por ações. Tipos de Sociedades por ações. Sociedade em Comandita por ações. Noções gerais. Sociedade Anônima. Histórico, noções gerais e previsão legal. Constituição da sociedade anônima. Características e princípios modernos. Denominação. Capital social. Ações. Sociedade de capital aberto e sociedade de capital fechado. Mercado de Capitais. Valores Mobiliários. Ações. Debêntures, Partes beneficiárias. Bônus de subscrição. Órgãos da sociedade. Assembleias gerais. Conselho de administração, Conselho Fiscal. Diretoria. Controle e Grupo de Sociedades. Sociedades Coligadas. Sociedade subsidiária integral. Consórcio. DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA. Reorganização societária. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE. Noções gerais. Dissolução. Liquidação. Partilha. Extinção. DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Noções gerais. Microempresa (ME) - Lei Complementar n. 123/2006. Empresa de Pequeno Porte (EPP) – Lei Complementar n. 123/2006. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, JUDICIAL E DA FALÊNCIA DA EMPRESA - Lei n. 11.101/05. Histórico e legislação aplicável. Disposições comuns à recuperação e à falência. Legitimidade ativa e passiva. Juízo universal. Administrador judicial. Comitê de credores. Assembleia de credores. Recuperação extrajudicial. Recuperação judicial. Recuperação com plano especial. Falência. Sentença denegatória e declaratória da falência. Efeitos da falência quanto aos bens e à pessoa do falido. Efeitos da falência quanto às obrigações. Administração da falência. Arrecadação e custódia dos bens do falido. Pedidos de restituição. Habilitação e classificação dos créditos. Alienação dos bens do falido. Pagamento dos credores. Encerramento do processo. Extinção das obrigações do falido. Crimes falimentares. DOS TÍTULOS DE CRÉDITO. Legislação pertinente. Conceito de título de crédito. Aplicabilidade do Código Civil de 2002. Características dos títulos de crédito. Cartularidade. Literalidade. Autonomia. Atos cambiários. Aceite. Endosso. Aval. Protesto. Vencimento e pagamento. Tipos de títulos de crédito: Letra de câmbio - Decreto n. 2.044/1908 – Decreto n. 57.663/66. Nota promissória - Decreto n. 2.044/1908 – Decreto n. 57.663/66. 12.5.3. Duplicata – Lei n. 5.474/1968. Cheque – Lei n. 7.357/1985. Protesto de títulos – Lei n. 9.492/1997. Ação cambial. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – Lei n. 9.279/1966. Noções gerais. Bens integrantes da propriedade industrial. Invenção. Modelo de utilidade. Desenho industrial. Marca. Patente. Registro. Extinção da propriedade industrial.</p>	

Disciplina: Direito Penal	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Princípios constitucionais penais. Aplicação da lei penal. Crime: Conceito, Elementos. Tipicidade: Elementos, Causas de exclusão. Relação de causalidade. Consumação, tentativa, crime impossível, desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Dolo e culpa. Culpabilidade: Pressupostos, Causas de exclusão. Erro sobre elementos do tipo, erro determinado por terceiro, erro sobre a pessoa e erro sobre a ilicitude do fato. Coação irresistível e obediência hierárquica. Ilicitude, Causas de exclusão. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. Extinção da punibilidade. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/1990). Crimes de trânsito (Lei n. 9.503/1997). Crimes ambientais (Lei n. 9.605/1998). Crimes previstos no estatuto do desarmamento (Lei n. 10.826/2003). Violência doméstica (Lei n. 11.340/2006). A lei antidrogas (Lei n. 11.343/2006).</p>	

Disciplina: Direito Processual Penal	Carga horária: 45h
<p>Ementa: Princípios processuais penais e ação penal. Processo Penal Brasileiro. Processo Penal Constitucional. Sistemas e Princípios Fundamentais. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Disposições gerais do Código de Processo Penal. Fase Pré-Processual: Inquérito policial. Processo, procedimento e relação jurídica processual. Elementos identificadores da relação processual. Formas do procedimento. Princípios gerais e informadores do processo. Pretensão punitiva. Tipos de processo penal. Ação penal. Ação civil <i>Ex Delicto</i>. Jurisdição e Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Sujeitos do Processo. Prisão penal, medidas cautelares e procedimentos. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Lei nº 7.960/1989 e suas alterações (prisão temporária). Citações e intimações. Atos Processuais e Atos Judiciais. Procedimentos. Processo comum. Instrução criminal. Procedimento ordinário. Procedimento sumário. Procedimento sumaríssimo. Procedimento relativo ao Tribunal do Júri. Desaforamento. Processos especiais. Lei nº 8.038/1990 e suas alterações — normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais). Prazos. Características, princípios e contagem. Parte III: Sentença, nulidades, recursos e leis especiais. Sentença. Conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação. Sentença absolutória: providências e efeitos. Sentença condenatória: fundamentação da pena e efeitos. Efeitos civis da sentença penal. Coisa julgada penal. Inimputabilidade e processo penal. Nulidades. Recursos em geral. Habeas corpus e seu processo. Mandado de segurança. Revisão criminal. Exceções. Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal). Aspectos processuais penais constantes das Leis nº 8.072/1990, nº 9.099/1995, nº 10.259/2001, nº 9.296/1996, nº 9.503/1997, nº 9.613/1998, nº 10.826/2003, nº 11.340/2006, nº 11.343/2006 e nº 12.850/2013, com as alterações legislativas que seguiram em relação a elas. Identificação Criminal (Lei nº 12.037/2009). Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira. Entendimento dos tribunais superiores acerca dos institutos de Direito Processual Penal.</p>	
Disciplina: Direito Administrativo	Carga horária: 30h
<p>Ementa: Origens, objeto e conceito do Direito Administrativo. Função administrativa e regime jurídico-administrativo. Princípios da Administração Pública. Poderes da Administração. Organização administrativa. Ato administrativo. Processo administrativo. Improbidade administrativa. Licitações e contratos administrativos. Serviços públicos. Agentes públicos. Intervenção do Estado sobre a propriedade privada. Bens públicos. Responsabilidade extracontratual do Estado. Controle administrativo, legislativo e judicial da Administração. Prescrição e decadência nas relações jurídicas envolvendo a Administração. Fazenda Pública em juízo.</p>	
Disciplina: Direito Tributário	Carga horária: 15h
<p>Ementa: Sistema Tributário Nacional. Tributos. Conceito. Natureza jurídica. Fato gerador. Hipótese de Incidência: noção, aspectos. Classificação: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Contribuições: espécies e natureza jurídica. Princípios constitucionais tributários. Competência legislativa e Competência Tributária. Obrigação tributária. Obrigação principal e acessória. Fato Gerador: ocorrência, aspectos materiais, temporal e espacial. Elementos valorativos: base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo e passivo da obrigação tributária: contribuinte e responsável. Solidariedade. A imposição tributária e as convenções particulares. Capacidade tributária. Domicílio tributário. Ilícito tributário. Ilícito e sanção. Ilícito administrativo tributário. Decadência e Prescrição em matéria tributária. Responsabilidade tributária: sucessores, terceiros, responsabilidade por infrações, responsabilidade pessoal. Responsabilidade supletiva. Substituição tributária. Pagamento indevido: Compensação e Repetição de Indébito. Crédito tributário: constituição, lançamento, natureza jurídica. Caráter vinculado da atividade de lançamento, efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Dívida ativa: inscrição, presunção de certeza e de liquidez. Certidões. Fiscalização. Arrecadação. Processo judicial Tributário. Ações de iniciativa do fisco: execução fiscal, cautelar fiscal. Ações de iniciativa do contribuinte: anulatória do débito fiscal, declaratória, de consignação em pagamento, de repetição de indébito, mandado de segurança.</p>	

Disciplina: Metodologia da Pesquisa (EAD ESMESC) – obrigatória para pós-graduação	Carga horária: 15h
Ementa: Pesquisa em pós-graduação. Redação científica. Procedimentos metodológicos. Projeto de pesquisa. Trabalho de curso.	

Disciplina: Língua Portuguesa e argumentação (EAD ESMESC)	Carga horária: 15h
Ementa: Componentes gramaticais básicos. Argumentação jurídica.	

ANEXO III - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO APLICADO

Disciplina: Teoria e Prática Processual Civil	Carga horária: 90h
Ementa: Estrutura da Sentença (45h) - Conceito de Sentença. Mudanças no NCPC. A sentença e os demais atos do Juiz. Estrutura da Sentença: relatório, fundamentação e dispositivo. Operação dialógica e a <i>ratio decidendi</i> . Sistema de precedentes: <i>overruling</i> e <i>overriding</i> . O dever de fundamentação e o art. 489, § 1º do NCPC. Regra de congruência: congruência externa e interna. Fato superveniente. Dispositivo: honorários advocatícios, custas e despesas processuais. Juros e correção monetária. Solução de teses. Soluções de Tese (30h) - Interpretação. Hermenêutica. Normas processuais civis. Sistema processual. Princípios processuais. Precedentes. Súmulas. Jurisprudência. Relatório. Procedimento Comum. Roteiro. Fundamentação. Dispositivo. Correlação – Pedido – Comando sentencial – Coisa Julgada. Ação de Cobrança. Ação Reivindicatória. Usucapião. Outorga de Escritura. Adjudicação compulsória. Ações Possessórias. Ações de Responsabilidade Civil: Subjetiva e Objetiva. Pensionamento. Ações de Direito Bancário. Revisional. Busca e Apreensão. Reintegração de Posse. Caso de Direito Administrativo. Decisões Interlocutórias (15h) - Pronunciamentos Judiciais. Conceitos. Requisitos. Distinções Espécies. Técnicas de Decisões Interlocutórias e Despachos. Antecipação de Tutela. Liminar. Saneamento e Organização do Processo. Técnicas de Audiências. Audiência Conciliatória. Audiência de Justificação Prévia e Audiência de Instrução e Julgamento. Instrumentos Probatórios. Meios de Prova. Delimitação do Âmbito Probatório. Especificação de Provas. Análise Sobre a Pertinência de Meio Probatante Indicado.	

Disciplina: Teoria e Prática Processual Penal	Carga horária: 105h
Ementa: Estrutura da Sentença e Solução de Tese (60h) - Ementa: Introdução teórica necessária. Estrutura formal e linguagem da sentença. Sentença absolutória. Sentença condenatória. Desclassificação, <i>emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> . Decisões e sentenças no processo de júri. Perdão judicial e extinção da punibilidade pela prescrição. Publicação, registro e intimação da sentença. Defeitos da sentença penal: nulidades e irregularidade. Prática da Sentença Penal e da Análise de Teses. Dosimetria da Pena (30h) - Das Penas em Espécie: privativas de liberdade (reclusão e detenção), restritivas de direito e multa. Método Trifásico. Substituição da Pena. Aplicação da Pena de Multa. Concurso de Crimes: concurso material, concurso formal e crime continuado. <i>Aberratio Ictus</i> e <i>Aberratio Delicti</i> . Decisões Interlocutórias (15h) - Despachos e Decisões no Crime. Lei 11.343/2006. Exame dependência toxicológica e insanidade mental. Execução Penal. Lei n. 11.340/2006 - Maria da Penha. Impedimento e Suspeição.	

Disciplina: Leis Especiais	Carga horária: 60h
Ementa: Direito da Criança e do Adolescente (15h) - Doutrina da proteção integral. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança; Princípios fundamentais do Estatuto; Direitos fundamentais inerentes ao direito da Criança e do Adolescente; Direito à vida e à saúde; Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Direito à convivência familiar e comunitária; Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; Direito à profissionalização e à proteção no trabalho; O trabalho dos atores e esportistas mirins; As piores formas de trabalho infantil; A prevenção especial no Estatuto da Criança e do Adolescente; Políticas e entidades de atendimento; Medidas de proteção; Princípios regentes das medidas de proteção; O ato infracional e sua apuração; A idade penal como norma constitucional; A importância da Diretriz 54 de Riad; Direitos individuais afetos ao adolescente em conflito com a lei; Garantias processuais; Medidas socioeducativas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei do Sinase (Lei n. 12.594/2012); Medidas pertinentes aos pais ou responsável e o poder familiar; Conselho Tutelar; Atribuições do Conselho; Processo de escolha dos conselheiros tutelares e impedimentos. Acesso à justiça da infância e juventude; O Juiz; Serviços auxiliares; Procedimentos; Recursos; O Ministério Público na disciplina do Estatuto da Criança e do Adolescente e a figura do Curador de Menores; Advogado; A proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos e a importância das instituições permanentes (Ministério Público e Defensoria Pública); Competência para apreciação dos interesses individuais, difusos e coletivos segundo o Superior Tribunal de Justiça; Crimes e infrações administrativas previstos no Estatuto como forma de garantir sua efetividade. Direito Eleitoral (15h) - Direitos Políticos. Partidos Políticos. Eleições. Ações e Recursos Eleitorais. Direito Ambiental (15h) - Tutela constitucional do meio ambiente. Conceito e princípios do Direito Ambiental. Ecologia e Meio Ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Política Nacional do Meio Ambiente. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. Responsabilidade civil, administrativa e penal por danos ao meio ambiente. Direito do Consumidor (15h) - Origem, finalidade e campo de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Relação de consumo, elementos e conceitos legais. A proteção da incolumidade físico psíquica e econômica do Consumidor. Proteção pré-contratual e contratual práticas comerciais abusivas e cláusulas contratuais abusivas. Informação. Interpretação contratual. A responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços civil, administrativa e penal. A Defesa do Consumidor em Juízo.	

Disciplina: Formação Humanística	Carga horária: 60h
Ementa: Sociologia do Direito (15h) - Introdução à Sociologia(s). Controle Social e Direito. O Controle Social e o Modelo Punitivo. A Interação entre os Mecanismos de Controle Social Formal e Informal: Direito Comunicação Social e Opinião Pública. Conflitos Sociais Mecanismos de Resolução e o Modelo Restaurativo. Psicologia Judiciária (15h) - Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual. Teoria do conflito e os mecanismos auto compositivos. Técnicas de negociação e mediação. Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas. Filosofia do Direito (15h) - A relação entre Direito e Justiça, da tradição grega ao contexto atual. Os principais debates sobre Moral e Direito. A relação entre hermenêutica e direito, da concepção clássica de interpretação à virada linguística de ordem pragmática. Interpretação e concretização do sentido normativo: principais expoentes. As atuais correntes do neoconstitucionalismo e garantismo e suas posições sobre os institutos do positivismo: direito objetivo e direito subjetivo, princípios do direito, jurisprudência, lacunas e antinomias normativas e a relação entre Política, Direito e Ideologia. Teoria Geral do Direito e da Política (15h) - Teoria Geral das Normas: As regras e os princípios. Principais correntes e teóricos na Teoria Geral do Direito Contemporânea. Ordem jurídica como sistema aberto e em contínua evolução. Direito objetivo e direito subjetivo, fontes, princípios gerais, jurisprudência e precedentes. Direito intertemporal nas diversas áreas do direito. Estrutura e funcionamento do poder político. Principais categorias da Teoria Política. Estado, Poder e Governo. Ideologias Políticas. Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU). Agenda 2030 e 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	
Disciplina: Preparação para a Prova Oral	Carga horária: 15h
Ementa: Comunicação verbal e não-verbal. Expressão corporal e voz do orador. Vícios de linguagem. Preparação para a fala avaliativa.	
Disciplina: Pragmatismo, Análise Econômica do Direito e Economia Comportamental (EAD Esmesc)	Carga horária: 15h
Ementa: Função judicial e pragmatismo. Antifundacionalismo. Contextualismo. Consequencialismo. Racionalismo e Empirismo. Dialética. Utilitarismo. Análise econômica do direito. Conceitos fundamentais. Racionalidade econômica. Eficiência processual. Métodos adequados de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Demandas frívolas e de valor esperado negativo. Precedentes, estabilidade da jurisprudência e segurança jurídica. Coisa Julgada. Economia comportamental. Heurística e vieses cognitivos. A percepção de Justiça. Processo cognitivo de tomada de decisão. Governança corporativa e Compliance no Brasil. Mecanismos de Combate às organizações criminosas e Lavagem de Dinheiro. Whistleblower.	
Disciplina: Direito da Antidiscriminação (EAD Esmesc)	Carga horária: 15h
Ementa: Conceitos Fundamentais do Direito da Antidiscriminação. Modalidades de Discriminação. Legislação antidiscriminação nacional e internacional. Conceitos Fundamentais do Racismo, Sexismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIA+fobia. Ações Afirmativas. Direitos dos Povos indígenas e das comunidades tradicionais.	
Disciplina: Metodologia da Pesquisa (EAD Esmesc)	Carga horária: 15h
Ementa: O ato de pesquisar. Redação Técnica. Procedimentos Metodológicos. Projeto de pesquisa. Relatório de pesquisa.	

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE REGISTRO DE PROFESSOR ORIENTADOR

Nome completo:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

Instituição de vínculo:

Telefone: ()

E-mail:

Naturalidade:

Data de Nascimento:

Estado Civil:

Profissão:

Formação/Titulação:

Número da Carteira de Identidade:

Data de Expedição:

Órgão expedidor:

Número do CPF:

ANEXO V - FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO

NOME DO ALUNO

TÍTULO DA MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO

MONOGRAFIA/ARTIGO CIENTÍFICO APROVADA(O) COM CONCEITO _____, NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM _____, PROMOVIDO PELA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB.

Assinatura do Orientador

NOME DO ORIENTADOR - TITULAÇÃO

CPF:

RG:

Data de Nascimento:

Naturalidade:

Local e data de conclusão da monografia: _____, ____/____/____

NOTA	CONCEITOS	RENDIMENTO
10 – 9,0	A	Excelente
8,9 – 8,0	B	Bom
7,9 – 7,0	C	Regular
6,9 – 6,0	D	Reprovado